

# DESAFIO EPISTEMOLÓGICO-LINGÜÍSTICO: POR UMA DEFINIÇÃO DE TEXTO ESCRITO

Mariana Queiroga TABOSA<sup>1</sup> (UFMG)

**RESUMO** O presente artigo apresenta uma definição de *texto escrito* construída com base em concepções de *língua* propostas por teorias enunciativas, discursivas e sócio-interacionais da linguagem. Retomaremos algumas considerações teóricas sobre língua e texto, expostas em BAKHTIN (2003 e 2004), BRONCKART (1999), ECO (1989), COSTA VAL (2004), PÊCHEUX (1990), entre outros, para dar suporte às nossas considerações. Entendemos este trabalho de definição do *texto escrito* como uma “síntese” das principais teorias já desenvolvidas sobre o tema, visto que os *já ditos* sobre ele é que nos direcionam à construção do conceito proposto.

**ABSTRACT** This article shows a definition of written text that was constructed based on conceptions of language proposed by enunciative, discursive and sociointeractional theories. In order to give us support to our considerations, some theoretical issues about language and text will be retaken, such as the conceptions of them in BAKHTIN (2003 e 2004), BRONCKART (1999), ECO (1989), COSTA VAL (2004), PÊCHEUX (1990), and others. We understand this work as a synthesis of the main theories that were developed about the theme, since that what was said about it is what guide us to construct the proposed concept.

## 1. Primeiras Reflexões

Está imputada à ciência *Linguística*, com seus vários campos de pesquisa e pontos de vista sobre o objeto *língua*, o papel de definir, delimitar (se é que isso é possível), descrever e refletir sobre a linguagem, de maneira mais geral, e sobre a língua, de modo particular<sup>2</sup>. Pensar a língua é sempre desafiador, seja porque sua natureza é eminentemente complexa, multifacetada, permitindo sua observação e definição a partir de vários ângulos, seja porque a ciência *Linguística* que “surge” com o papel de estudá-la, tomando-a como objeto, também não se apresenta facilmente delimitável.

Como então nos lançar a estudos nessa área sem correr o risco de esbarrar na falta de limites e nas várias possibilidades de abordagem do fenômeno da língua/linguagem? Mais especificamente, e já direcionando ao que nos interessa neste momento, como compreender o conceito linguístico de *texto escrito* a partir de toda essa complexidade que envolve a língua? Sem dúvida, estamos diante de um interessante desafio epistemológico-lingüístico. Seria possível um conceito de *texto escrito*?

Tendo também nosso objeto de reflexão um caráter complexo, entendemos que, para estudá-lo, devemos primeiramente nos posicionar em relação ao que compreendemos como *língua*, já que o texto escrito é uma das modalidades que a constitui. E é o que tentaremos fazer na seção a seguir.

## 2. Início do percurso: assumindo uma concepção de língua

Neste momento é necessário esclarecer que a intenção não é a de propor uma concepção de língua ‘inovadora’, realizando reflexões sem recorrer a bases teóricas anteriores; ao contrário. Partiremos da discussão do que *outros* antes já falaram sobre este tema para, a partir do *já dito* de suas falas, enredarmos nossa concepção de língua<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Aluna de mestrado do curso de *Pós-Graduação em Conhecimento e Inclusão Social em Educação*, pela Faculdade de Educação (FAE), UFMG. E-mail para contato: marianatabosa@gmail.com .

<sup>2</sup> Não queremos desconsiderar, com essa afirmação, a possibilidade de estudar a língua/linguagem a partir ou com o auxílio de outros saberes advindos de diversas ciências ou campos de pesquisa. Aliás, a complexidade que envolve o fenômeno linguístico geralmente reclama o auxílio de teorias ou pontos de vista de outras ciências para melhor estudá-lo e compreendê-lo (veja, por exemplo, o caso das influências da sociologia, da psicologia e da história para a compreensão do objeto linguístico, inclusive fornecendo base para a constituição de outros campos vinculados à Linguística, como foi o caso da Sociolinguística, da Psicolinguística e da Linguística Histórica).

<sup>3</sup> Não vamos aqui apresentar uma revisão do tipo *summa* e/ou *arqueológica* (ALVES-MAZZOTTI, 2004, p.184), como se pretendêssemos esgotar o assunto ou fazer uma retrospectiva cansativa e desnecessária do tema.

Ao tomar a linguagem como objeto de estudo, BAKHTIN (2004) descreve-nos duas orientações (ou tendências) de pensamento que seriam responsáveis por delinear as questões lingüísticas: o *subjetivismo idealista* (ou individualista) e o *objetivismo abstrato*. Na primeira orientação o fundamento da língua é o *ato de fala como criação individual*, isto é, as leis da criação lingüística estariam pautadas no psiquismo individual, como se em cada situação de linguagem fossem ‘recriadas’, individualmente e estilisticamente, todas as organizações normativo-lingüísticas (daí porque dizer que a língua está, *deste ponto de vista, análoga às outras manifestações ideológicas, em particular às do domínio da arte e da estética* - BAKHTIN, op.cit., p.72). Já no caso da segunda orientação, o centro organizador dos fatos da língua não está posto no indivíduo, nem depende de sua expressão individual, mas está colocado no *sistema lingüístico*, sistema das formas fixas, idênticas e não reiteráveis que conferem caráter normativo à situação de linguagem (questão da “unicidade” da língua, promotora da compreensão entre os falantes).

A partir dessas definições, este autor defende que ambas as orientações apresentam uma visão unilateral e que, por isso, uma visão incompleta da língua, restringindo-a e não dando conta de descrever o seu verdadeiro centro organizador:

Queremos, agora, chamar a atenção para o seguinte: ao considerar que só o sistema lingüístico pode dar conta dos fatos da língua, o objetivismo abstrato rejeita a enunciação, o ato de fala, como sendo individual. Como dissemos, é esse o *proton pseudos*, a “primeira mentira”, do objetivismo abstrato. O subjetivismo individualista, ao contrário, só leva em consideração a fala. Mas ele também considera o ato de fala como individual e é por isso que tenta explicá-lo a partir das condições da vida psíquica individual do sujeito falante. E esse é o seu *proton pseudos*.

Na realidade, o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. *A enunciação é de natureza social.* (BAKHTIN, op.cit., p.109)

Este autor afirma ainda que a expressão se organiza tanto a partir de um conteúdo interior quanto a partir de um conteúdo exterior, sendo que ambos os conteúdos seriam ‘modelados’ ou construídos a partir de uma realidade social e da interação entre *sujeitos sociais*, porque toda palavra possuiria duas faces: ela procederia de alguém e seguiria para alguém.

Esta postura diante dos fatos da língua demonstra que a compreendemos como um conjunto de normas, porque língua é *sistema*, e também como um conjunto de possibilidades de *interação* e *enunciação* entre *sujeitos* falantes em variados contextos da comunicação verbal. Desta maneira, concordamos com uma outra afirmação de Bakhtin, que parece sintetizar o que defendemos até agora:

A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta*, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. (BAKHTIN, op.cit., p. 124)

Ou seja, a língua é dinâmica (ela ‘vive’) e historicamente constituída, porque é fruto de relações sociais de *interação* e é também *enunciação*, ambas definidas a partir de demandas contextuais e relações interlocutivas.

A partir de um ponto de vista semelhante ao de Bakhtin sobre a língua/linguagem, GERALDI (1995) acrescenta ainda que a linguagem é um *trabalho*, constituído continuamente nas relações interindividuais, não sendo, portanto, nem um *eterno recomeçar* (como propõe o subjetivismo idealista) nem um *eterno repetir* (como nos fala o objetivismo abstrato):

(...) é a dinâmica do *trabalho lingüístico*, que não é nem um eterno recomeçar nem um eterno repetir, que é relevante: por ele a linguagem se constitui marcada pela história deste fazer contínuo que está sempre constituindo. Individualmente, nos processos interacionais de que participamos, *trabalhamos* na construção dos sentidos ‘aqui e agora’, e para isso temos como ‘material’ para este trabalho a *língua* que ‘resultou’ dos trabalhos anteriores. (GERALDI, op.cit., p.11)

Geraldi destaca ainda que para se compreender e estudar a língua devemos aceitar *a vagueza dos recursos expressivos usados*,

Se falar fosse simplesmente apropriar-se de um sistema de expressões pronto, entendendo-se a língua como um código disponível, não haveria construção de sentidos (...); se a cada fala construíssemos um sistema de expressões, não haveria história. Por isso, aceitar a vagueza dos recursos expressivos usados não quer dizer que não exista sentido nenhum. (GERALDI, op.cit., p.10)

Esta afirmação também converge com outras idéias bakhtinianas acerca das possibilidades ou demandas de enunciação, requeridas por determinado contexto. Essa *vagueza* seria o resultado, na verdade, da compreensão de que são os sujeitos falantes os responsáveis pela ‘atribuição’ de sentidos às palavras<sup>4</sup>, segundo suas necessidades de enunciação, segundo seus *referentes* (PÊCHEUX, 1990a) e segundo os discursos que (re)constróem.

Compartilhando de um posicionamento semelhante ao de Bakhtin e ao de Geraldi, mas a partir de uma linha de pensamento sobre a língua numa visão/abordagem ‘psicosociológica’ e defendendo o que denominou de *interacionismo social*, BRONCKART (1999) entende que se deve interpretar as condutas humanas tanto pelas suas especificidades cognitivo-neurológicas (idéia baseada em teorias cognitivistas da linguagem), responsáveis pelas *ações de linguagem*, quanto pelas acumulações de aprendizagens condicionadas socialmente pelos sujeitos falantes (idéia baseada no que propõe o behaviorismo). Estas acumulações seriam ainda responsáveis pelas *atividades de linguagem*<sup>5</sup>. Sendo assim, a formação do homem a partir da consideração de sua historicidade se dá pela relação entre suas condições particulares de organização social e as formas de interação semiótica (escolhas lingüísticas). Mais uma vez nos deparamos com a defesa de que a língua precisa ser compreendida através de duas facetas principais: a do código, que a estrutura normativamente, e a do discurso sócio-historicamente localizado e (re)construído.

A partir dessas explicações, é inescapável neste momento afirmarmos e compreendermos a língua como *enunciação* (BAKHTIN, 2003), no sentido de ação dos sujeitos com a linguagem, permeada e construída a partir de discursos sempre resultantes dos *pré-mundos* (PÊCHEUX, 1990b), dos *já ditos*. A língua seria, portanto, um “código vivo”, uma ação realizada entre um “eu” e um “outro”<sup>6</sup> acerca de determinado referente.

Desta maneira, para construirmos sentidos em uma dada língua, primeiramente precisamos construir enunciados que tragam consigo: a possibilidade de *conclusão* (no sentido de *inteireza enunciativa*; quem fala a alguém sempre diz ‘tudo’ o que precisa dizer), a *vontade discursiva* (o que o sujeito quer dizer, segundo suas intenções no discurso) e a escolha do *gênero discursivo*<sup>7</sup> (o modo como realiza sua *vontade discursiva*) - BAKHTIN, 2003, p.280-282. Isso se dá porque nunca falamos para *ninguém* ou *sem intenções*, sempre usamos a língua mais do que para comunicar e ela passa a nos servir de afirmação e localização como seres sociais ocupantes de lugares sociais determinados, como nos confirma Yaguello:

Em suma, fala-se por uma série de razões estranhas ao acto de informar: para exprimir um poder, por exemplo. O locutor implica-se e implica os outros naquilo que diz. A palavra não é apenas instrumento, é também um exutório, uma forma de agir, um meio de afirmação como ser social, um lugar de prazer ou de dor. (YAGUELLO, 1997, p.21; grifo nosso)

Além disso, e para complementar, compartilhamos da idéia de PÊCHEUX (1990a, p.83-84) de que, na relação de interação entre sujeitos sócio-históricos, e para a enunciação entre eles, são também relevantes as ‘imagens’ que estes fazem de si mesmos e dos seus interlocutores, bem como as ‘imagens’ que os pares da ação/atividade verbal fazem dos seus *referentes*. Vejamos os quadros descritivos do que Pêcheux considerou como *antecipação das representações*, essenciais a todo processo discursivo de enunciação<sup>8</sup>:

<sup>4</sup> Estamos reconhecendo que as palavras possuem sentidos socialmente delimitados, socialmente ‘autorizados’, ou seja, que as palavras não podem significar qualquer coisa que o sujeito falante deseje (ou estaríamos defendendo a tendência do subjetivismo idealista). Ou seja, o sujeito pode fazer a escolha das palavras que melhor representam a ‘imagem’ desejada para seu discurso dentro de possibilidades socialmente autorizadas.

<sup>5</sup> Bronckart propõe uma diferenciação entre *atividade* e *ação* de linguagem a qual não descreveremos aqui. Para maiores especificações ver BRONCKART, Jean-Paul. Quadro e questionamento epistemológicos. In: \_\_\_\_\_. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999, p.21-67.

<sup>6</sup> O “eu” e o “outro” podem ser compreendidos tanto como **sujeitos** (pessoas) quanto como **lugares sociais** (PÊCHEUX, 1990a).

<sup>7</sup> Não vamos, aqui, tecer considerações mais aprofundadas sobre *gênero* (textual ou discursivo). Para tanto, ver BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-335.

<sup>8</sup> Os quadros serão apresentados em formatação adaptada por nós, com a supressão de alguns de seus elementos; entretanto não há, em relação aos seus conteúdos, nenhuma modificação. Ver quadro original em PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In:

Quadro 1: Formação imaginária entre sujeitos

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
<b>A</b>	Imagem do lugar de <b>A</b> para o sujeito colocado em <b>A</b>	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	Imagem do lugar de <b>B</b> para o sujeito colocado em <b>A</b>	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
<b>B</b>	Imagem do lugar de <b>B</b> para o sujeito colocado em <b>B</b>	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	Imagem do lugar de <b>A</b> para o sujeito colocado em <b>B</b>	“Quem é ele para que me fale assim?”

Quadro 2: Formação imaginária entre sujeitos e seus referentes

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
<b>A</b>	“Ponto de vista” de <b>A</b> sobre <b>R</b>	“De que lhe falo assim?”
<b>B</b>	“Ponto de vista” de <b>B</b> sobre <b>R</b>	“De que ele me fala assim?”

No *Quadro 1* temos a descrição de como acontece a formação imaginária entre sujeitos no momento que ocorre a interação verbal; estão no *jogo* da linguagem e em relação diversas imagens: a imagem que **A** faz de si mesmo e a que faz de **B** (Quem sou *eu* e quem é *ele* para que lhe fale assim?); imagem que **B** tem de si para que **A** a ele se refira desta ou daquela forma (*Quem sou eu para que ele me fale assim?*) e imagem que **B** faz de **A** para que este último a ele se refira desta ou daquela maneira (*Quem é ele para que me fale assim?*). No *Quadro 2* há a descrição da formação imaginária entre os sujeitos e os seus referentes; neste caso são relevantes o ‘ponto de vista’ de **A** sobre o que fala a **B** (*De que lhe falo assim?*) e o ponto de vista de **B** sobre o que **A** lhe fala (*De que ele me fala assim?*). Estas *formações imaginárias* são parte essencial de toda interação entre sujeitos e ocorrem sempre no *jogo* da linguagem; sempre nos preocupamos em interagir a partir do lugar que ocupamos enquanto sujeitos sócio-históricos, a partir da imagem que temos do nosso par da interação verbal, bem como a partir do nosso referente (sobre o que falamos; assunto).

As compreensões dos autores aqui citados têm em comum, principalmente, o fato de considerarem a língua a partir de dois vieses que não são auto-excludentes, mas complementares: a língua não é nem puro código, puro sistema, nem tampouco é somente criação individual, expressiva, estilística. Esta compreensão pode ser corroborada quando se considera a diferença, destacada por Bakhtin, entre *oração* e *enunciado*:

A oração enquanto unidade da língua é desprovida da capacidade de determinar imediata e ativamente a posição responsiva do falante. Só depois de tornar-se um enunciado pleno, uma oração particular adquire essa capacidade. Qualquer oração pode figurar como enunciado acabado, mas neste caso, é completada por uma série de elementos muito substanciais de índole não gramatical, que lhe modificam a natureza pela raiz. (BAKHTIN, op.cit., p.287)

A oração como unidade da língua seria, portanto, capaz de gerar apenas ‘reconhecimentos’ de estruturas lexicais e sintáticas, num nível exclusivamente lingüístico (em termos de materialidade lingüística), mas não de construir *significados*, de construir *enunciados* ou *enunciações*. Vejamos alguns exemplos para pensarmos mais um pouco acerca destas afirmações:

- (a) *Sua comunicação tem que ser revista.*
- (b) *Esquinas*  
*Mil buzinas*  
*Imagina orquestras*

Em (a) e (b) temos duas orações que, num nível lingüístico, nos permitem recuperar, enquanto falantes da língua portuguesa, os significados dos elementos que as compõem. Somos capazes de identificar

significados isolados de seus termos como, por exemplo, o que são *esquinas*, *buzinas*, *orquestras* ou o que significam os verbos *ser* e *imaginar*. Dependendo de nossos conhecimentos das classificações e categorias gramaticais, podemos reconhecer *sua* como um pronome; como substantivos, *esquinas*, *buzinas*, *comunicação*, *orquestras*, *revista*; como verbos, *revista* (no sentido de “inspeção”, de “exame minucioso de algo”<sup>9</sup>), *imagina*, *tem que ser* (locução verbal), etc.

Entretanto, se pretendêssemos recuperar os *sentidos reais* dessas orações, isso não seria uma tarefa fácil, já que elas foram recortadas dos seus contextos originais de *enunciação*, os quais não foram explicitados até o momento.

Caso debruçássemos um olhar mais detido sobre os itens (a) e (b), poderíamos tentar arriscar algumas atribuições de sentidos. Em (b) teríamos um texto poético, devido disposição lingüística de seus elementos; em (a), um alguém diz a um outro que este deve rever ‘sua comunicação’, sua maneira de se dirigir ao seu par verbal enquanto fala (a pessoa poderia estar com problemas para se fazer compreender pelo interlocutor, por exemplo). Se voltássemos a atenção ao item (a), poderíamos nos perguntar ainda: Em que sentido a palavra *comunicação* está sendo empregada? Por qual motivo esse alguém teria feito uma observação desse tipo a um outro? O trecho (a) seria um aconselhamento? Ou ele seria uma injunção?

De fato não é difícil para nós, enquanto falantes da Língua Portuguesa, encontrarmos *sentidos possíveis* para as orações; e é indiscutível o fato de *precisarmos* atribuir sentidos a elas. É interessante perceber, também, que esta *atribuição de sentidos* possui uma vinculação muito forte com os variados tipos de contexto (DELL’ISOLA, 2001) que estão envolvidos nas diversas situações de comunicação, a saber: o *contexto cultural*, formado por convenções culturais e de comunicação que influenciam o (re)conhecimento de unidades representacionais particulares e a formação de inferências; o *contexto situacional*, que se forma pelas circunstâncias que cercam o texto (entorno textual: ilustrações, objetivo da leitura, etc.); o *contexto verbal*, que diz respeito ao conteúdo lingüístico do texto (escolhas lingüísticas); e o *contexto pessoal*, relacionado ao conhecimento de mundo, às atitudes e aos fatores emocionais do interlocutor. Todos esses tipos de contextos - e poderíamos acrescentar ainda muitos outros - são levados em conta pelo sujeito quando ele se lança a uma situação comunicativa, seja ela de atribuição de sentidos ao que lhe foi dito (na posição de sujeito-receptor), seja ela de construção de sentidos a serem compartilhados com outros (na posição de sujeito-locutor).

No caso das orações (a) e (b), não é possível recuperar seus reais *sentidos*, pois nos falta o principal: os contextos de enunciação nos quais as referidas orações apareceram. A língua enquanto sistema de formas e normas não é, aqui, o bastante para a construção ou recuperação dos *sentidos*, para a construção dos *textos* ou ainda para a reconstrução da *enunciação*. Faltam explicitar o contexto sócio-histórico onde as orações apareceram, em que meios sociais circularam e de que enunciado maior fazem parte esses ‘pedaços de textos’. Faltam ainda explicitar os *gêneros* aos quais pertencem, quem os produziu, quando e com que objetivo comunicativo. Ou seja, faltam a essas orações os elementos de índole não gramatical capazes de “transmutá-las” em enunciados (BAKHTIN, 2003).

Explicitemos, então, alguns elementos contextuais referentes aos itens (a) e (b) que nos ajudarão a compreender seus *reais* sentidos. O trecho colocado em (a) se apresenta originalmente como o lide de uma propaganda da *Trip Editora*, veiculada pela revista *Trip*<sup>10</sup>. No contexto enunciativo no qual (a) aparece a oração apresenta o sentido: “você deve se inteirar sobre o que acontece, deve se *comunicar* com o que acontece, através de revistas”; neste caso, através das revistas que são publicadas pela *Trip Editora* e não através de qualquer revista publicada por outras editoras (ver propaganda em *Anexos*). Veja que sem essa contextualização, a oração tem apenas algumas ‘nuances’ de enunciado, mas não se constitui como tal porque dela se retiraram fatores extra-lingüísticos essenciais a sua constituição.

O trecho (b) é parte da música *Dura na Queda*, do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda (ver a letra completa da música na seção *Anexos*); nela se canta a história de uma mulher que mesmo vivendo situações complicadas de vida, mesmo tendo perdido o emprego, tendo largado a família, tendo bebido veneno e apanhado *à beça*, ainda assim não desanima, porque *sabe olhar*, porque é dura na queda. Mais uma vez vemos que a oração enquanto estrutura lingüística não é capaz de proporcionar ao sujeito-leitor a reconstituição dos sentidos do enunciado; é necessário colocar essa oração dentro de um contexto mais amplo.

Com esses esclarecimentos contextuais acerca de (a) e (b), temos, agora, uma maior facilidade em reconstruir os enunciados, porque passamos a compreender melhor as escolhas *lingüístico-discursivas* dos

<sup>9</sup> REVISTAR. In: HOUAISS, Antônio. *Mini-Houaiss*: dicionário da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

<sup>10</sup> Esta revista se pretende a um público jovem masculino e que, por isso, costumadamente traz reportagens sobre esportes radicais, música, futebol, arquitetura, dicas de shows musicais e restaurantes, tecnologia, etc.

sujeitos-autores em relação a *quem* se dirigem, falando de *que lugar social*, sobre o *quê*, e com quais *intenções*.

Deste modo, e partindo do discutido até então, estamos entendendo/pensando a língua como:

- (1) Sendo definida, pensada e compreendida sócio-historicamente e contextualmente, através da interação entre os sujeitos de uma dada comunidade lingüística;
- (2) Um código que serve à comunicação dos sujeitos, localizados em determinadas comunidades lingüísticas; esse código também se reconstrói, pois varia e muda ao longo do tempo e sob influência dos sujeitos e dos usos que estes fazem da língua.

Deste modo, entendemos que não é a língua que ‘amolda’ os sujeitos, através do que esta os *autoriza* a dizer, *como* dizer, ou *para quem* dizer e em que *situação contextual* dizer, mas o contrário; são os sujeitos de uma determinada comunidade lingüística que, através de suas interações sócio-historicamente situadas, das suas posições diante do que pensam de si mesmos e do que pensam do outro e através das suas necessidades como falantes/ouvintes, constituídas a partir de diferentes *referentes*, que vão dando nova ‘forma’ à língua, vão ‘acrescentando’ ou ‘retirando’ dela o que convém para alcançarem certo objetivo de comunicação.

Assumindo essa concepção de língua e com o auxílio dela, passaremos agora, no tópico que se segue, à tentativa de definir *texto escrito*.

### 3. Agora o desafio: assumindo uma concepção de *texto escrito*

Neste momento realizaremos o percurso inverso do tópico anterior. Primeiro explicitaremos o que consideramos como texto escrito, entendendo que já teremos apoio na concepção de língua que assumimos, e só depois traremos os *já ditos* de outros autores, que oferecerão maior suporte à concepção que construímos. Gostaríamos de destacar que, assim como tentamos deixar claro que não era nossa intenção apresentar uma ‘nova’ concepção de língua, também neste momento nos colocamos no, até certo ponto, “cômodo” lugar de nos lançarmos a uma definição de texto escrito a partir do que *outros* discutiram sobre o tema. Faremos isso porque reconhecemos que nos encontramos nessas *outras vozes*; elas não só apóiam o que vamos defender aqui como também dizem muito a respeito da nossa postura enquanto *eu-social*.

Estamos entendendo *texto escrito* como:

Uma produção lingüística escrita, de extensão estruturada a partir do gênero ao qual pertence, com seus elementos lingüístico-sequenciais selecionados pelos sujeitos escritores para *construir sentidos* recuperáveis pelo pretense par da interação verbal. Estas seleções lingüísticas, temáticas e de gênero são construídas discursivamente e organizam-se segundo expectativas, imagens e intenções sócio-historicamente situadas. A seleção do que *escrever*, do que dizer ao par da interação verbal, é realizada pelo sujeito-autor do texto, que leva em consideração o contexto de interlocução e seu pretense sujeito-leitor; ou seja, leva em consideração as imagens que possui de si mesmo, do outro e do seu referente.

Passemos agora a analisar esta nossa definição. Como não é nosso objetivo definir o que é *texto*, de modo mais amplo, então entendemos que nossa definição deveria começar afirmando que estamos tratando de uma produção lingüística configurada na modalidade *escrita* da língua. Com relação à extensão que esta deve ter, esclarecemos que seu tamanho é previamente definido pelo gênero a que pertence. Além disso, é importante que a sequência escrita seja *relevante* a um sujeito-leitor, que ela faça *sentido* para ele numa determinada situação de interlocução:

Falando apenas de texto verbal, pode-se definir *texto*, hoje, como qualquer produção lingüística, falada ou escrita, de qualquer tamanho, que possa fazer sentido numa situação de comunicação humana, isto é, numa situação de interlocução. (COSTA VAL, 2004, p.113, grifo nosso)

Essa questão dos *sentidos* de um texto, seja ele escrito ou não, é a questão primordial. Um texto que não seja relevante ao par da interação verbal simplesmente não existe enquanto texto, porque não é capaz de ter seus discursos (re)construídos; ele se constitui em ‘peso morto’. É irrelevante, pois *a noção de texto designa toda unidade de produção de linguagem que veicula uma mensagem lingüisticamente organizada e que tende a produzir um efeito de coerência sobre o destinatário* (BRONCKART, 1999, p.71). Ou ainda, como nos fala Umberto Eco:

Podemos dizer que *o texto é um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo*. Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros - como, aliás, em qualquer estratégia. (ECO, 1986, p.39)

No caso específico do texto escrito, pela própria natureza dessa modalidade da língua, o sujeito-leitor precisa recorrer a outros artifícios mentais, bem como precisa saber lidar com o que está colocado fora do texto (saber fazer uso de inferências, saber lidar com as intertextualidades, etc.)<sup>11</sup>. Ou seja, ele precisa saber lidar com as duas facetas da língua, a do código e a da interação sócio-historicamente requerida. Entretanto, devemos ressaltar aqui que a palavra *código* está sendo compreendida tanto em relação às normas e padrões estruturados para uma língua, quanto em relação ao compartilhamento de referências semelhantes entre os sujeitos autor/leitor. O sujeito-leitor precisa, ao se deparar com um texto escrito, saber como (re)textualizá-lo, recuperando seus sentidos a partir do *códigos* vivenciais, sociais, históricos, culturais e lingüísticos que compartilha com o autor do texto - ECO, 1986. O sujeito-leitor deve se capaz de lidar tanto com aspectos 'microestruturais' quanto com aspectos 'macroestruturais' para a compreensão de um texto escrito.

As noções de 'micro' e 'macro' estão relacionadas ao que COSTA VAL (2004) denominou, respectivamente, de *textualidade* e *textualização*. A textualidade é definida por esta autora como *o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases ou palavras* (COSTA VAL, op.cit., p.114). Para clarificar um pouco mais o que estamos dizendo quando falamos de 'microestrutura' ao nos referirmos à textualidade, trazemos uma definição dessa mesma autora:

(...) podemos definir melhor *textualidade* como um princípio geral que faz parte do conhecimento textual dos falantes e que os leva a aplicar a todas as produções lingüísticas que falam, escrevem, ouvem ou lêem um conjunto de fatores capazes de *textualizar* essas produções. Explicando melhor: não vamos entender *textualidade* como algo que está nos textos, mas como um componente do saber lingüístico das pessoas. (COSTA VAL, op.cit., p.115)

Então a textualidade estaria relacionada à (re)construção do texto a partir dos *saberes lingüísticos* dos sujeitos autores ou leitores, os quais aplicam princípios de textualidade como coesão, coerência, intertextualidade, informatividade<sup>12</sup> (e aqui destaca-se a língua como código, contribuindo para as construções normativamente possíveis; daí porque falamos em 'microestrutura'), etc., a todo conjunto de palavras a fim de reconstituí-las em textos. Só para retomar os exemplos (a) e (b) da seção anterior, vemos que aquelas orações não se constituíam como enunciados, o que impossibilita a construção da textualidade.

No caso da textualização, Costa Val a define como a (re)construção propriamente dita do texto escrito, a partir da consideração dos fatores de textualidade associados ao contexto extra-textual (reconstrução dos sentidos num âmbito mais global; daí porque falamos em 'macroestrutura'), como: quem escreve o texto, de qual lugar social escreve, para quem escreve, com que objetivos escreve, que crenças possui esse escritor, que expectativas tem em relação ao seu leitor, etc. Também retomando aqui os exemplos (a) e (b), a textualização só poderia ocorrer se as orações estivessem fazendo parte de enunciados; ou seja, se estivessem colocadas no contexto da enunciação no qual foram originalmente proferidas. Vejamos o que Costa Val nos fala acerca da textualização, que corrobora o que acabamos de expor:

---

<sup>11</sup> "Para organizar a própria estratégia textual, o autor deve referir-se a uma série de competências (...) que confirmam conteúdo às expressões que usa. Ele deve aceitar que o conjunto de competências a que se refere é o mesmo a que se refere o próprio leitor" (Eco, op.cit., p.39).

<sup>12</sup> Não vamos nos deter, neste momento, a discutir esses fatores de textualidade. Para aprofundamento do estudo desses fatores sugerimos as leituras: COSTA VAL, M. da G. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999; COSTA VAL, M. da G. *Texto, Textualidade e Textualização*. In: CECCANTINI, J. L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. V. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p.113-128; KOCH, I. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1999; TRAVAGLIA, L. C. & KOCH, I. V. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

As produções lingüísticas são *textualizadas* pelos interlocutores envolvidos num processo de interação verbal; seu sentido e sua adequação são mentalmente co-construídos pelos interlocutores, que levam em conta seus objetivos e expectativas, os conhecimentos, crenças e valores que partilham, as circunstâncias físicas em que as produções ocorrem. Sendo assim, em si mesmas, isoladas de seu contexto de uso, as produções lingüísticas não têm nem deixam de ter sentido, não são boas nem más, nem certas nem erradas. No processo de *textualização*, um mesmo texto pode ser considerado incompreensível e impróprio por determinados interlocutores, em determinada situação, e ser considerado plenamente inteligível e adequado por outros interlocutores, noutra situação. (COSTA VAL, 2004, p.131)

O ponto de destaque dessa citação é a importância das produções lingüísticas serem realizadas entre interlocutores que compartilham ‘conhecimentos de mundo’, porque é a partir disso que podemos realizar a textualização, já que um texto não existe por si mesmo, ele depende do compartilhamento dos *códigos* entre autores e leitores (como já havíamos afirmado anteriormente).

Voltando a direcionar nossas explicações para a definição de texto escrito, entendemos que as considerações acima sobre textualidade e textualização são capazes de explicar o fato de compreendermos o material textual como o resultado de escolhas lingüísticas realizadas pelo sujeito-escritor a partir da *imagem* que este tem de si mesmo, do seu sujeito-leitor e do seu *referente* (PÉCHEUX, 1990a, p.83-84), assim como a partir da imagem que imagina que o sujeito-leitor tem de si mesmo, do sujeito-escritor e do *referente*: “quem sou eu para lhe falar assim?”; “quem é ele para eu lhe falar assim?”; “quem sou eu para que ele me fale assim?”; “quem é ele para que ele me fale assim?”; “de que lhe falo eu?”; “de que ele me fala?”. Essa idéia é também corroborada por Umberto Eco:

Se o Autor e o Leitor-Modelo constituem duas estratégias textuais, então nos encontramos diante de uma dupla situação. De um lado, conforme dissemos até aqui, o autor empírico, enquanto sujeito da enunciação textual, formula uma hipótese do Leitor-Modelo e, ao traduzi-la em termos da própria estratégia, configura a si mesmo autor na qualidade de sujeito do enunciado, em termos igualmente “estratégicos”, como modo de operação textual. Mas, de outro lado, também o leitor empírico, como sujeito concreto dos atos de cooperação, deve configurar para si uma hipótese de Autor, deduzindo-a justamente dos dados de estratégia textual. (ECO, 1989, p.46)

Assumimos essa posição diante do texto escrito, porque compartilhamos com GERALDI (1995, p.98) a compreensão de que *um texto é o produto de uma atividade discursiva onde alguém diz algo a alguém*, ou seja, um texto escrito (ou em outra modalidade) não acontece fora das interações ou das *relações discursivas*.

Ao mesmo tempo que um texto escrito não deve ser compreendido fora de uma interação sócio-discursiva e historicamente contextualizada, ele também não pode ser compreendido fora do sistema da língua, que deve ser compartilhado entre sujeito-escritor e sujeito-leitor. Essa demanda de estatuto duplo se justifica quando lembramos que estamos compreendendo a língua também a partir de seu estatuto duplo: ela seria contexto (relativo ao sistema sócio-discursivo mais amplo) + cotexto (conteúdo lingüístico, relativo às estruturas ‘gramaticais’ e do funcionamento dos textos em uso) - BRONCKART, 1999.

Sendo assim, gostaríamos de terminar esta seção trazendo à tona o que consideramos como algumas implicações decorrentes desta definição de texto escrito apresentada inicialmente. Entender o texto escrito a partir do estatuto duplo da língua implica considerar:

1. Que o texto escrito só existe como *texto* na medida em que possibilita a reconstrução dos seus sentidos (dos seus discursos) pelo sujeito-leitor a partir do contexto sócio-histórico-cultural no qual se insere;
2. Que o texto escrito pode variar tanto estruturalmente quanto tematicamente (quanto ao seu *referente*) segundo os objetivos dos sujeitos-autores e do contexto interacional, bem como segundo seus pretensos sujeitos-leitores;
3. Que as imagens que os sujeitos-escritores fazem de si mesmos, dos sujeitos-leitores e do referente discursivo do qual tratam, influencia na construção do texto escrito.

Passemos agora a alguns comentários finais acerca do discutido durante este texto.

#### 4. Alguns comentários finais

Como dissemos no início desse artigo, nos lançar ao intento de falar sobre a língua, na busca de definir texto escrito, não é, de modo algum, tarefa fácil. Se para as pessoas de modo geral, que não lançam um olhar científico sobre a questão, é consenso que escrever é difícil, para quem tem a tarefa de tomar o texto escrito como objeto de estudo e, ainda mais, para quem tem a tarefa (pretenciosa) de defini-lo, passa a ter diante de si uma atividade ainda mais difícil e complexa. Tivemos que percorrer várias considerações sobre a língua para construir sua definição e, a partir dela, apresentamos a definição de *texto escrito*.

Devido à complexidade inescapável da natureza do nosso objeto, queremos lembrar que não estamos nos 'fechando' na concepção de texto escrito e de língua apresentadas aqui. Ambas se configuram como resultados do modo como olhamos a língua, a partir de *um dos* ângulos de visão. É a maneira de nos posicionarmos como sujeitos-escritores e sujeitos-leitores, sempre procurando interagir sócio-discursivamente com *outros* (sujeitos, discursos, relações sociais, etc.), o que nos leva a ter essa compreensão da língua e do texto escrito.

Entretanto, estamos sempre abertos a *ouvir melhor* os *já ditos* dos textos citados aqui, bem como a ouvir outros textos, que futuramente possam nos parecer importante considerar relevantes para a compreensão e estudo do nosso objeto.

Sabemos que não esgotamos o tema, porém queremos ter conseguido contribuir de alguma maneira para a reflexão inicial sobre o assunto, reflexão esta que consideramos imprescindível a quem se propõe 'passar' pelo campo dos estudos da Linguística hoje.

#### 5. Referências bibliográficas

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Revisão da Bibliografia. In: ALVES-MAZZOTTI, A. J. &

GEWANDSZNAJDER, F. *O Método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. p.179-188.

BAKHTIN, M. Os Gêneros do Discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

\_\_\_\_\_. Duas Orientações do Pensamento Filosófico Lingüístico. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p.69-89.

\_\_\_\_\_. Língua, Fala e Enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p.90-109.

\_\_\_\_\_. A Interação Verbal. In: \_\_\_\_\_. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 110-127.

BRONCKART, J. P. Quadro e questionamento epistemológicos. In: \_\_\_\_\_. *Atividade de Linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999. p.21-67.

\_\_\_\_\_. Os textos e seu estatuto: considerações teóricas, metodológicas e didáticas. In: \_\_\_\_\_. *Atividade de Linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999. p.69-89.

\_\_\_\_\_. As condições de produção dos textos. In: \_\_\_\_\_. *Atividade de Linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999. p.91-103.

COSTA VAL, M. da G. *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Texto, Textualidade e Textualização. In: CECCANTINI, J. L. Tápias; PEREIRA, Rony F.; ZANCHETTA JR., Juvenal. *Pedagogia Cidadã: cadernos de formação: Língua Portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: UNESP, Pró-Reitoria de Graduação, 2004. p.113-128.

DELL'ISOLA, Regina L. P. O Componente Textual. In: \_\_\_\_\_. *Leitura: inferências e contexto sociocultural*. Belo Horizonte: Formato Editora, 2001. p.89-110.

ECO, U. O Leitor-Modelo. In: \_\_\_\_\_. *Lector in Fabula*. São Paulo: 1986. p.35-49.

GERALDI, W. *Portos de Passagem*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HOLANDA, Chico B. de. Dura na Queda. In: \_\_\_\_\_. *Carioca*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino Gravadora, set 2005/mar 2006.

KOCH, I. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1999.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1990a. p.61-105.

\_\_\_\_\_. Delimitações, inversões e deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19), jul/dez 1990b.

REVISTA TRIP, ano 19, nº 144. Trip Editora: maio de 2006.

TRAVAGLIA, L. C. & KOCH, I. V. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

YAGELLO, M. Para que serve a linguagem. In: \_\_\_\_\_. *Alice no país da linguagem: para compreender a lingüística*. Lisboa: Estampa, p.21-37.

## Anexos

### DURA NA QUEDA

Perdida  
Na avenida  
Canta seu enredo  
Fora do carnaval  
Perdeu a saia  
Perdeu o emprego  
Desfila natural

Esquinas  
Mil buzinas  
Imagina orquestras  
Samba no chafariz  
Viva a folia  
A dor não presta  
Felicidade, sim

O sol ensolarará  
a estrada dela  
A lua alumiará o mar  
A vida é bela  
O sol, a estrada amarela  
E as ondas, as ondas  
as ondas, as ondas

Bambeia  
Cambaleia  
É dura na queda  
Custa a cair em si  
Largou família  
Bebeu veneno  
E vai morrer de rir

Vagueia  
Devaneia  
Já apanhou à beça  
Mas para quem sabe olhar  
A flor também é  
Ferida aberta  
E não se vê chorar

O sol ensolarará  
a estrada dela  
A lua alumiará o mar  
A vida é bela  
O sol, a estrada amarela  
E as ondas, as ondas  
as ondas, as ondas

(Chico Buarque de Holanda)

## SUA COMUNICAÇÃO TEM QUE SER REVISTA

A experiência que você tem ao folhear uma revista é especial. Vendidas em prateleiras, mergulha-se nos diversos conteúdos, sentindo a textura das páginas, percebendo os detalhes do design gráfico, você se transporta para outro ambiente, que é o conjunto de valores, sonhos, e desejos que formam a marca, estampada em sua capa. Em cada edição de uma publicação, sustentada diariamente pela TRIP Editora para uma companhia, os editores e os corretores, que conduzem sua marca através em todos os níveis, selecionam os melhores talentos que há, para criar uma revista TRIP Editora.



### DNA DAS MARCAS

No longo tempo que decorreu, a TRIP Editora desenvolveu e fortaleceu o conceito de DNA das marcas e sua comunicação, desenvolvendo assim, no Brasil, um novo conceito de comunicação entre elas e seu público. Estamos a crescer.

### PAPEL RELEVANTE

Uma revista representa o que pensa, sente, vive, acredita, e acredita em si mesma. Ela é o espelho da realidade, o reflexo do mundo, e que se transforma, passa a ser entendida e aceita por todos. Mas não basta apenas ter uma revista, ela precisa ser relevante. Para saber mais detalhes sobre essas experiências, ligue ou envie um e-mail para nós. Não fique só pensando, por que não? Conte, se quiser, a Missão, a Cor, o Plano de Ação, os Parceiros, os Valores, e muito mais. TRIP Editora, a Editora da Marca, está trabalhando para garantir a interpretação suas marcas e criar suas revistas.

Ligue (11) 3898-8200 e fale com Patrick Lisbona ou escreva para plisbona@trip.com.br

